



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.	PUBLICADO NO D. O. J. D. 06/08/1976
C	
C	Rubrica

**Processo nº** : 10840.000550/91-47  
**Sessão de** : 22 de agosto de 1995  
**Acórdão** : 202-07.922  
**Recurso nº** : 97.675  
**Recorrente** : JOSÉ ROBERTO RODRIGUES NEVES  
**Recorrida** : DRF em Ribeirão Preto - SP

**ITR** - Não comprovada pelo contribuinte por documento hábil sua exclusão do pólo passivo da relação tributária, deve prevalecer a informação do INCRA.  
**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSÉ ROBERTO RODRIGUES NEVES.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1995

Helvio Escovedo Barcellos  
**Presidente**

Daniel Corrêa Homem de Carvalho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elio Rothe, Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges e José Cabral Garofano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo nº : 10840.000550/91-47**

**Acórdão nº : 202-07.922**

**Recurso nº : 97.675**

**Recorrente : JOSÉ ROBERTO RODRIGUES NEVES**

## RELATÓRIO

O contribuinte impugnou o ITR/90, alegando não ser proprietário do imóvel consoante Documentos de fls. 03 e 04, tendo informado à Receita que se trata de propriedade da União e que o próprio jamais deteve sua posse.

O INCRA informa que, conforme seu cadastro, a situação jurídica do imóvel apresenta-se sob a forma de “Posse por Simples Ocupação” em nome do impugnante.

A autoridade recorrida assim ementou seu decisório:

**“7.01.00.00 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO**

**7.01.10.00 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL**

Não comprovada a transferência de propriedades a terceiros, permanece como contribuinte àquele cujo nome se encontra cadastrado.”

Irresignado, o contribuinte recorreu a este Conselho argumentando que “Luiz Carlos Bergamon assinou documento dirigido ao Secretário de Agricultura do Pará, propondo a compra da área objeto do presente recurso. Posteriormente cedeu o direito desta carta de proposta a Ruy de Castro Santos, que é sogro do contribuinte e que cadastrou a área em nome do mesmo.”

Entretanto, o contribuinte alega que jamais tomou posse do imóvel, não tendo recebido documento de propriedade da área.

O contribuinte tem notícia de que a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará cedeu a área objeto do recurso a uma empresa cancelando todas as inscrições em nome de terceiros.

O contribuinte, em 17/12/90, requereu ao INCRA a retirada de seu nome do cadastro daquele órgão, vez que a área pertencia a uma empresa. Não obstante, até o momento o INCRA não fez a retirada, apesar de a empresa já ter transferido para terceira pessoa, em processo, de colonização, a referida área.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10840.000550/91-47

Acórdão nº : 202-07.922

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

Reza o artigo 31 do Código Tributário Nacional, que define o contribuinte do ITR: "Artigo 31-Contribuinte do Imposto é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil, ou possuidor a qualquer título."

Não obstante os argumentos e informes trazidos pelo recorrente a esta Corte, o único documento de que se dispõe para inferir-se à titularidade do imóvel, para fins de incidência do ITR, é a declaração do INCRA de fls.

Na aludida declaração, consta o recorrente como titular de posse por simples ocupação do imóvel, colocando-o necessariamente no pólo passivo da relação tributária.

A alegação de que o Estado do Pará transferiu a uma empresa o imóvel não restou comprovado nos autos.

Isto posto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1995

DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO